

Ministério mudará forma de distribuir verbas para saúde

Repasse dos recursos aos municípios será feito com base no critério populacional

SÔNIA CRISTINA SILVA

BRASÍLIA — Os recursos para a saúde básica serão repassados diretamente às prefeituras, por critério populacional. Dessa forma, o ministro Adib Jatene pretende racionalizar a aplicação das verbas e garantir o controle do sistema pelo usuário.

A descentralização da saúde está prevista na Constituição de 1988, mas, até agora, apenas 118 municípios se enquadraram às normas. Pelo modelo atual, o ministério paga diretamente aos fornecedores de serviço de saúde, com base na produção, o que, para os críticos do sistema, incentiva a fraude.

“É impossível fiscalizar tudo, saber aqui de Brasília se todo procedimento é válido e bem feito”, argumenta Neide Glória Garredo, diretora de Assistência e Promoção à Saúde do ministério. “Controle só tem quem está ali, ao lado do prefeito, cobrando bons serviços”, garante. A proposta de acelerar a descentralização está na nova Norma Operacional Básica (NOB) do ministério (a portaria sobre a nova NOB deve sair até o final da semana). A norma prevê o recebimento pela prefeitura das verbas para as ações primárias de saúde, incluindo consultas médicas, serviços de laboratório, odontologia, e programas especiais de agentes de saúde e de médico da família.

As localidades que possuem hospitais também poderão receber diretamente os recursos. O prefeito terá de apresentar um plano, onde estarão definidas prioridades e formas de atendimento. Os conselhos municipais controlarão as ações de saúde. O limite de gastos em cada município equivalerá a R\$ 1,00 por habitante/mês.

Em São Paulo, começou a Campanha de Prevenção e Controle da Diabetes, promovida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac). Até amanhã, os interessados podem fazer gratuitamente o teste de glicemia em uma das 12 unidades da Grande São Paulo ou em 26 do Interior.